

ATA N.º 188 / XII / 4.ª SL

Aos catorze dias do mês de julho de 2015, pelas dezasseis horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 7 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata.

Foi a seguinte, a **Ordem do Dia** (OD):

1. Informações

2. Distribuição de iniciativas:

Proposta de Resolução nº 119/XII/4ª - “Aprova o Protocolo de alteração à Convenção Europeia para a Repressão do Terrorismo, adotado em Estrasburgo, em 15 de maio de 2003, em matéria de cooperação judiciária” (PSD).

3. Apresentação e discussão:

Projeto de Resolução nº 1578/XII/4ª (PCP) - “Propõe a saída de Portugal do processo de ratificação do Tribunal Unificado de Patentes”.

4. Aprovação da redação final do **Projeto de Resolução nº 1499/XII/4ª (PS)** - “Recomenda ao Governo que reforce a Cooperação com o Governo, a Assembleia Legislativa e os Municípios do Estado de Goa na União Indiana”.

5. Aprovação de Parecer:

Proposta de Resolução nº 114/XII/4ª - “Aprova o Acordo relativo à transferência e mutualização das contribuições para o Fundo Único de Resolução, assinado em Bruxelas, em 21 de maio de 2014”;

Deputada Relatora, Glória Araújo **(PS)**

6. Aprovação de Atas:

Nº 184, da reunião de 6 de junho de 2015.

Nº 187, da reunião de 30 de junho de 2015.

7. Outros assuntos.

Aberta a reunião, o Senhor Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas iniciou os trabalhos pelo Ponto 1. da OD, informando da substituição da Senhora Deputada Ester Vargas (PSD) pelo Senhor Deputado Joaquim Seixas (PSD), por renúncia daquela, aproveitando para dar as boas-vindas ao novo membro da Comissão. De seguida, foi comunicada a presença em Portugal de uma delegação oficial da Guiné-Bissau, estando prevista audiência a conceder pela Comissão, sugerindo os serviços a data de 21 de julho, pelas 15 horas. Posta à apreciação, a data foi unanimemente aceite. A finalizar este ponto da OD, foi lembrada a audiência na Comissão, amanhã, 14 de julho, pelas 15 horas, de uma delegação do Senado da Guiné-Equatorial.

Relativamente ao **Ponto 2.**, uma vez verificada a escala de distribuição de iniciativas, a elaboração do Relatório referente à Proposta de Resolução n.º 119/XII/4.ª ficou a cargo do Grupo Parlamentar do PSD, na pessoa do Senhor Deputado António Rodrigues.

Passados ao **Ponto 3.**, foi concedida a palavra ao Senhor **Deputado João Oliveira (PCP)**, para apresentação do Projeto de Resolução n.º 1578/XII/4.ª, tendo começado por lembrar estarmos perante uma decorrência da adesão de Portugal ao Acordo de Londres de 2000 e do Acordo de Cooperação Reforçada, relativamente ao qual e a esta data, dos vinte cinco países signatários deste último Acordo, apenas sete o ratificaram, sendo necessária a ratificação por parte de treze países para que entre em vigor. Sublinhou que a Espanha não ratificou o Acordo e o próprio Reino Unido veio recentemente adiar a sua

decisão. Prosseguiu, referindo que em virtude deste Acordo, a violação de uma patente europeia em Portugal, leva a que a litigância deixe de ser tramitada nos tribunais nacionais, em língua portuguesa, passando a sê-lo num tribunal em Londres, Paris ou Munique, nos idiomas respetivos. Em consequência, além dos elevadíssimos custos processuais associados, os quais tornará prática e previsivelmente impossível às pequenas e médias empresas nacionais recorrerem a esta jurisdição, a solução decorrente do Acordo adensa o défice democrático no funcionamento das instituições europeias, pondo em crise a própria soberania nacional e a utilização da língua portuguesa nos domínios científicos associados à aplicação de patentes.

Intervieram, seguidamente, os Senhores Deputados:

- **António Rodrigues (PSD)**, que manifestou dúvidas regimentais na medida em que esta iniciativa pretende obstaculizar a aplicação de uma outra recentemente aprovada em sentido oposto, ocasião em que a posição do PCP saiu vencida. Não havendo argumentos novos, esta iniciativa nada traz de novo. Esclareceu que o Reino Unido suspendeu, até ao referendo interno sobre a permanência na União que vai promover, todos os processos de ratificação de tratados europeus, e não apenas este.
- **Paulo Pisco (PS)** que salientou estarmos perante um processo que desse o início levantou dúvidas, evidenciando dúvidas que o PS em tempo nesta Comissão já havia sinalizado, através da Deputada Gabriela Canavilhas. Relembrou que, numa visita recente à Alemanha lhe foi dito que a Bosch regista diariamente dezoito novas patentes, o que bem ilustra o interesse que a matéria desperta naquele país. Entende, igualmente que a língua portuguesa sai subalternizada neste processo. Contudo, não se afigura ao Grupo Parlamentar do PS ser este o momento, em fim de legislatura, para apresentar a iniciativa sob discussão.
- **Rui Jorge Caetano (CDS/PP)** que remeteu a posição do seu Grupo Parlamentar para o momento, recente, da discussão nesta Comissão de uma Proposta de Resolução sobre a matéria, entendendo não existir qualquer dado ou facto novos que justifiquem a

alteração da sua posição, a qual mantém.

Devolvida a palavra ao Deputado apresentante da iniciativa, veio este sublinhar existir realmente um facto novo nesta matéria e que é, precisamente, a decisão do Reino Unido, tomada em 9 de junho passado. E que nenhum outro país, desde então, ratificou o Acordo em causa. Terminou, referindo ser uma oportunidade para que Portugal suscite a revisão de alguns aspetos do mesmo que lhe são fortemente desfavoráveis.

A terminar, referiu o Senhor **Presidente** da Comissão que, apesar de não concordar com o argumento do Reino Unido no sentido avançado pelo PCP, pondera, ainda, sobre o sentido do seu voto em Plenário, tais são as dúvidas que lhe persistem acerca desta matéria.

Relativamente ao **Ponto 4.** da OD, foi apreciada a redação final proposta pelos Serviços para o Projeto de Resolução n.º 1499/XII/4.^a (PS), tendo a mesma sido aprovada por unanimidade dos Deputados presentes.

Passados ao **Ponto 5.**, na impossibilidade de a Relatora _ a Senhora Deputada Glória Araújo _ estar presente, coube ao Senhor **Deputado Paulo Pisco** a apresentação do Relatório da Proposta de Resolução n.º 114/XII/4.^a. Assim, começou por situar objetiva e temporalmente a criação dos fundos veiculado no presente Acordo, situando-os no âmbito do processo de construção da união bancária, enquanto como instrumentos destinados a prevenir e obstar a situações de crise financeira e monetária dentro da Zona Euro, tal qual ocorreu em 2011. De seguida, pormenorizou o teor das medidas propostas pelo Governo, concluindo reunir a Proposta condições para poder vir a ser discutida e votada em Plenário.

Intervieram os Senhores **Deputados Alberto Martins (PS)** e **Maria de Belém (PS)**, esclarecendo que estes fundos se destinam a substituir o antigo Mecanismo Único de Resolução.

Não se verificando demais intervenções, foi o Relatório submetido a votação, tendo sido aprovado por maioria dos Deputados presentes, com a abstenção do PCP, e a ausência do BE.

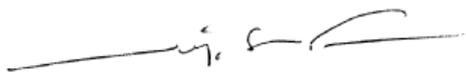
Relativamente ao **Ponto 6.** da OD, foram lidas as atas números 184 e 187, tendo pedido a palavra ao Senhor Deputado Paulo Pisco (PS), para assinalar a necessidade de rever pormenorizadamente algumas declarações plasmadas na Ata n.º 187 e proceder à eventual e correspondente correção.

Neste seguimento, foi submetida a votação dos Deputados presentes, apenas, a Ata n.º 184, a qual foi aprovada por unanimidade. Transitou para a próxima reunião da Comissão a reapreciação da Ata n.º 187, uma vez revista.

Nada mais havendo a registar, o Senhor **Presidente** agradeceu a participação dos membros da Comissão, e deu por encerrados os trabalhos, pelas dezassete horas e quinze minutos

Palácio de S. Bento, 14 de julho de 2015.

O Presidente da Comissão,



(Sérgio Sousa Pinto)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins
Carina Oliveira
Carlos Alberto Gonçalves
Celeste Correia
Feliciano Barreiras Duarte
Joaquim Seixas
Maria de Belém Roseira
Maria José Moreno
Maria Manuela Tender
Nuno Magalhães
Paulo Pisco
Sérgio Sousa Pinto
António Rodrigues
João Oliveira
Marcos Perestrello
Rui Jorge Caetano
Vitalino Canas

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carla Cruz
Filipe Lobo D' Ávila
Glória Araújo

Maria Gabriela Canavilhas

Mário Magalhães

Ricardo Baptista Leite

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Páscoa Gonçalves

Helena Pinto

Maria João Ávila

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 21/07/2015, existindo registo áudio integral da mesma, acessível em:

http://media.parlamento.pt/site/XIILEG/4SL/COM/12-CNECP/CNECP_20150714.mp3